

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**16 a 19
JAN
2018**

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

AUXÍLIO-MORADIA**STF julga
em março
benefício
para juízes**

« O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu julgar no mês de março as regras para o pagamento do auxílio-moradia a juízes de todo o país. A tendência é que a maioria dos ministros restrinja o número de beneficiados.

No entanto, a decisão pode ser adiada por pedido de vista. Atualmente, todo magistrado que mora em cidades onde não há imóveis funcionais tem direito ao benefício.

Os valores repassados não funcionam como um ressarcimento. Ou seja, o juiz não precisa antes apresentar o recibo de aluguel para receber o dinheiro. Mesmo que o magistrado pague menos pela moradia ou que more em imóvel próprio, ele pode receber o benefício. (Agência O Globo)

CASO MILENA GOTTARDI

MÉDICA USOU MAQUIAGEM PARA ESCONDER AGRESSÃO

Segundo amiga, Hilário já havia batido na ex em frente à filha

✦ LUCIANA CASTRO
lcperreira@redgazeta.com.br
✦ VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

Uma semana antes de ter sido assassinada, a médica Milena Gottardi apresentava alguns hematomas que, mesmo com forte maquiagem, poderiam ser vistos. A afirmação é da funcionária da escola em que as filhas de Milena e do policial civil Hilário Frasson estudavam. Além desse depoimento, feito durante as audiências no Fórum Criminal de Vitória, nas últimas terça e quarta-feira, duas amigas da médica informaram à polícia que Milena havia sido agredida por Hilário.

"Milena estava com alguns hematomas e com maquiagem muito forte", lembrou a funcionária da escola em depoimento a que o Gazeta Online teve acesso com exclusividade.

A uma amiga, a médica confidenciou que queria se separar de Hilário, acusado de ser mandante do assassinato, porque "já tinham acontecido duas agressões físicas dele contra ela". A revelação também foi feita em depoimento.

As testemunhas prestaram informações nas duas primeiras audiências sobre o caso, a pedido do Ministério Público Estadual (MPES). A médica foi baleada na saída do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam), em Vitória, no dia 14 de setembro de 2017 e



Amigos e familiares fizeram homenagem à médica após confirmação da morte

morreu no dia seguinte.

Com a afirmação da amiga de Milena, é a primeira vez que as supostas agressões físicas aparecem no processo. Até então, o que havia eram relatos de agressões verbais partindo do ex-marido.

Com esta amiga, segundo o depoimento, a médica comentava que "escondia as agressões físicas que sofria de Hilário dos familiares para não preocupá-los".

Uma outra amiga, tam-

bém em depoimento, contou que a filha mais velha de Milena havia presenciado uma das agressões, fato que a criança teria relatado na escola em que o filho da testemunha também estuda. Em um trecho de seu relato ela diz: "A filha de Milena afirmou na escola que ela (a médica) apanhava do pai".

A testemunha reiterou que Milena confessou que sofreu agressões físicas e emocionais por parte do acusado e que era seguida

por ele.

BRIGA

O irmão de Milena, Douglas Gottardi, que não estava no Brasil quando aconteceu o crime, revelou em seu testemunho que Hilário era muito agressivo com Milena e que ele não gostava da sua mãe, Zilca Gottardi.

Segundo ele, certa vez, Hilário o chamou para ir à casa deles conversar. Ele estava com a esposa quando



Milena Gottardi foi baleada na saída de hospital

Hilário e Milena "partiram um para cima do outro". Segundo o irmão da médica, a discussão se agravou e ele, Douglas, precisou segurar o cunhado enquanto sua esposa segurava Milena, até o casal se acalmar.

Quando a médica e as filhas saíram do apartamento do casal para outro imóvel, Hilário passou a ligar insistentemente para a ex-mulher, para o cunhado e para sua sogra, mas nenhum deles atendeu. No momento

REPRODUÇÃO/DEPOIMENTO

em que Douglas atendeu, consta no relato à Justiça, Hilário teria descarregado tudo o que queria falar, proferiu várias ofensas, dizendo que o cunhado estava acabando com ele.

Douglas, então, disse que Hilário era "um moleque" e que eram ele quem deveria ter saído de casa. O policial civil respondeu que "não é moleque, que era homem para fazer muita coisa".

Nessa mesma noite, Esperidião Frasson, pai de Hilário, ligou para o irmão de Milena e fez várias ofensas, dizendo que ele estava sendo falso, que não estava ajudando na reconciliação por ter ajudado a tirar a médica de casa.

Milena afirmou à depoente que sofreu agressões físicas e emocionais por parte do acusado Hilário,

Trecho de depoimento em que amiga diz que Milena Gottardi contava que era agredida fisicamente

Depoimentos podem definir júri popular

Os relatos das testemunhas ouvidas no processo de Milena Gottardi vão ajudar o juiz da 1ª Vara Criminal de Vitória, Marcos Pereira Sanches, a identificar se há provas para levar os réus ao jul-

gamento e se vão a júri popular. E mais, se os acusados responderão aos crimes pelos quais foram denunciados, entre eles feminicídio. É o que explica o advogado criminal Ludgero Liberato.

Os seis acusados como responsáveis pelo assassinato, entre eles Hilário Frasson, que seria o mandante, foram denunciados por homicídio e com alguns agravantes. Dentre eles, o fato do crime

ter sido feito mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe, em emboscada ou outro recurso que dificulte a defesa da vítima.

E ainda, por feminicídio,

quando o crime é contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Nesta primeira fase, chamada de audiência de instrução, ocorre a produção de provas em frente ao juiz. "Os depoimentos têm a finalidade de indicar se há material probatório para submeter os

acusados ao Plenário do Júri", explica Liberato.

Caso isto ocorra, o juiz dá a chamada sentença de pronúncia para os acusados. "Nela o juiz dirá se o réu irá ao júri popular, por quais acusações e quais as qualificadoras que vão ser analisadas pelos jurados", disse.

CASO MILENA GOTTARDI

VÍTIMA ACREDITAVA ESTAR SENDO VIGIADA

Ex-marido contratou instalação de câmeras na casa da médica

RAQUEL LOPES
rflopes@reddegazeta.com.br

A médica Milena Gottardi acreditava estar sendo vigiada e perseguida o tempo todo pelo ex-marido, o policial civil Hilário Frasson. Ela relatava para amigos e parentes que o policial aparecia em locais em que ela estava, ligava diversas vezes. Segundo a defesa da família dela, Hilário de fato contratou um serviço de rastreamento do carro dela. Ele também teria contratado o serviço de instalação de duas câmeras na casa da médica.

"Estou passando pelos piores dias da minha vida", relatou Milena a uma das amigas. Inclusive, algumas pessoas ligadas à médica descreveram o comportamento de Hilário com a ex-mulher como obsessivo, dominador, possessivo, ciumento e ganancioso.

As informações estão contidas em depoimentos de testemunhas feitos durante as audiências no Fórum Criminal de Vitória, nas últimas terça-feira e quarta-feira. O Gazeta Online teve acesso aos testemunhos com exclusividade.

A médica acreditava que Hilário estaria monitorando sua vida pelo celular pois em diversas vezes aparecia em bares, restaurantes e até no hospital que ela estava tra-



EDSON CHAGAS - 30/10/2017

Hilário durante ida ao dentista escoltado, quando estava preso: policial é "obsessivo", segundo testemunhas

balhando. Ela pediu a uma amiga que não conversasse pelo aplicativo WhatsApp com ela, pois estaria "clonado". "Eu a orientei para não utilizar mais o smartphone", disse a amiga.

O irmão da médica, Douglas Gottardi, e uma familiar relataram que, devido ao medo de estar com o celular grameado pelo ex-marido,

Milena comprou escondida um outro aparelho para se comunicar com familiares e a advogada durante o processo de separação. "Ela achava que estava sendo monitorada pelas câmeras dentro do apartamento, pelo celular e por tudo quanto é jeito", disse a familiar.

A sensação de estar sendo perseguida por alguém pelo

Whatsapp foi confirmada pelo marido de uma amiga com conhecimento em informática. Ele afirmou que nas configurações do WhatsApp era possível verificar que o aplicativo estava sendo usado em outro aparelho. "Pedi a ela para tirar isso. Ela respondeu 'eu não quero provocar fúria nele (Hilário)', relatou a amiga.

TRAJETO

A médica também temia que alguém pudesse estar seguindo seus passos. Passou a ter medo de realizar trajetos sozinha e chegou a ir disfarçada até o escritório de sua advogada. "Milena comentou que tinha medo de que Hilário tivesse contratado alguém para segui-la", relatou outra amiga.

O advogado da família de Milena, Renan Sales, informou para a reportagem que Hilário contratou um serviço para rastrear o carro da médica. Ele protocolou um documento na 1ª Vara Criminal pedindo ao juiz que solicitasse mais informações à empresa. "No inquérito eu vi que tinha um aplicativo de rastreamento veicular com a placa do carro de Milena e diálogos entre o Hilário e um dos responsáveis pela empresa de rastreamento. Em uma das mensagens, ele reclamava que o aplicativo não estava abrindo."

Duas testemunhas contaram que Hilário contratou o serviço para a instalação de duas câmeras na casa da médica: uma na sala e outra no quarto no mês de abril de 2017. As imagens seriam acessadas pelo celular do policial, mas ele chegou a cancelar a instalação. O período é o mesmo em que estava ocorrendo a separação.

"Hilário disse que queria aferir o comportamento de uma adolescente. Pediu que a câmera ficasse de forma bem discreta para que ninguém soubesse que ela estava ali. Disse que a família estava viajando e voltariam em três dias, motivo pelo qual precisava instalar as câmeras nesse período", disse uma testemunha

Não entregou celular e virou suspeito

O ex-marido de Milena Gottardi, o policial Hilário Frasson, foi considerado suspeito de mandar matar Milena desde a noite em que a médica foi baleada, em 14 de setembro. O envolvimento dele foi cogitado na Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), onde se recusou a entregar o telefone para a delegada de plantão.

A afirmação foi feita pelo delegado Janderson Lube, titular da Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), durante depoimento no Fórum Cri-

minal de Vitória.

"Hilário passou a ser suspeito no momento em que, na sexta-feira (dia seguinte ao crime), na análise feita acerca das provas colhidas pela equipe de plantão na noite do delito, desconfiou em razão da resistência de Hilário em apresentar o aparelho celular, mas tudo foi tratado com muito cuidado para não culpá-lo antecipadamente", disse.

Uma das provas mais fortes contra o ex-marido foi a carta deixada pela médica em que ela relata-

GUILHERME FERRARI - 25/09/2017



Delegado Janderson Lube chefiou a investigação

va a situação que vivia e dizia temer pela própria vida, indicando até mesmo com quem deveriam ficar as filhas caso algo aconte-

cesse à vida dela. "A própria carta desconstruía o depoimento de Hilário prestado no plantão da DHPP já que ele descrevia que o divórcio corria bem", pontuou Lube.

"Análise dos históricos de chamadas mostraram a sequência de ligações feitas por Hilário para Milena, no dia do crime, e em seguida ao pai, Esperidião. Este, por sua vez, liga para Valcir. A análise dos vínculos permitiu a identificação da localização de cada um por ocasião da data do crime", disse em depoimento.

"Sou nojento", dizia Hilário sobre usar roupas caras

Hilário Frasson - acusado de ser um dos mandantes da morte de Milena Gottardi - tinha gostos caros. A preferência do policial civil por roupas de marca foi mencionado no depoimento de uma amiga da médica. Ao contrário da ex-mulher, Hilário sempre se vestiu com roupas caras.

Em depoimento na quarta-feira, 17, no Fórum Criminal de Vitória, uma amiga de Milena contou que era a médica quem sustentava a família e que ela

reclamava constantemente dos gastos do marido. De acordo com a testemunha, Hilário chegou a assumir: "Sou nojento mesmo", se referindo ao gosto por roupas caras e de marca.

"Milena reclamava do fato de Hilário gastar muito. Ele mesmo se vangloriava, dizendo: 'Ah, comprei um vinho de tantos reais'; 'só uso cueca da Hugo Boss' e 'sou nojento mesmo'. Milena reclamava, dizendo que não queria presentes caros, que queria juntar dinheiro", disse a amiga da médica.

EDSON CHAGAS - 14/09/2017



Cena do crime: médica foi baleada na cabeça, no estacionamento do Hucam

“Tenho medo que ele faça o mesmo comigo”

Frase foi dita por filha de Milena e de Hilário, segundo depoimento de parente da vítima

ALINE NUNES
anunes@redgazeta.com.br

Em meio a toda tristeza pela morte da mãe, a filha mais velha de Milena Gottardi com o policial civil Hilário Frasson sofreu pelo medo de que o pai também a matasse. É o que afirmou uma familiar da vítima em depoimento durante audiência no Fórum Criminal de Vitória. “Eu tenho medo de que a minha mãe não perdoe ele e, se eu não perdoar, ele pode fazer isso comigo”, teria dito a menina, de 9 anos, chorando.

A filha teria falado isso depois de saber que o pai

era suspeito de ter mandado matar Milena, cerca de duas semanas depois do crime. Primeiro, a garota teria comentado “eu não sei se eu perdoou ou não o meu pai”. Ao ouvir que não precisava decidir naquele momento, demonstrou o seu medo.

Ainda em depoimento, a parente de Milena revelou que Hilário gritava muito com a filha na frente de todo mundo, e que também já havia batido na menina. Ela disse ter advertido a médica a não deixar que o ex-marido tratasse a criança daquela maneira.

Outra situação que deixava a menina temerosa, segundo o depoimento, é que Hilário às vezes usava o celular da criança para fazer seus contatos. Um de-

les, em particular, teria deixado a menina assustada.

EXIBIÇÃO DE ARMA

A funcionária de uma escola onde as filhas de Milena e Hilário estudavam revelou que o policial mostrou uma arma para a professora da escola em um dia em que foi buscar as crianças no local.

Ainda segundo depoimento de uma familiar de Milena, Hilário ostentava arma dentro de casa, perto da filha, e que Milena tinha medo porque “Hilário, às vezes, ia buscar as crianças embaixo do prédio com a arma na cintura.”

O familiar afirmou ainda, em depoimento, que Milena recebeu um vídeo pelo WhatsApp, enviado por Hilário, dele atirando.

Milena temia ser morta

O relacionamento conturbado com o policial civil Hilário Frasson deixava a médica Milena Gottardi com a sensação de que “via um inferno” e, mais do que isso, ela já suspeitava que o ex-marido estava contratando alguém para matá-la.

Essas informações teriam sido confidenciais

pela médica a uma familiar que, em audiência na 1ª Vara Criminal de Vitória, revelou o que sabia do convívio do casal.

A conversa, de acordo com o depoimento, aconteceu enquanto as duas iam buscar a filha de Milena na escola. No trajeto, a médica teria dito que, ao pegar o celular da menina,

observou um contato estranho de um homem e se assustou. Naquele momento, ela teria dito, em tom de brincadeira: “acho que Hilário está contratando alguém para me matar”. E, ao ser questionada sobre isso, a médica teria respondido que vivia um inferno e tinha medo do ex-marido.

RELATOS NÃO CONFIRMAM AGRESSÕES, DIZ DEFESA

Para Mafra, depoimentos não sustentam violência de Hilário

VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

Para Homero Mafra, advogado de defesa do policial civil Hilário Frasson, acusado de ser um dos mandantes do assassinato de sua ex-mulher, a médica Milena Gottardi, os depoimentos já prestados não confirmam que agressões físicas teriam sido praticadas contra a vítima pelo ex-marido. As testemunhas a que ele se refere prestaram informações em audiências realizadas na terça e quarta-feira, a pedido do Ministério Público Estadual (MPES).

De acordo com Mafra, a mãe, o irmão e a prima, em seus depoimentos, relatam que Milena não disse a eles que havia sido agredida por Hilário. “O vizinho também relatou que não sabia de nenhuma agressão”, acrescentou.

Mafra destaca ainda que apenas uma testemunha, uma amiga da vítima, é que contou que Milena usava maquiagem para disfarçar as agressões. “Ela podia ter marcas, mas não dá para dizer que foram causadas por Hilário. Os depoimentos não confirmam que Hilário agrediu Milena”, explica.

O advogado considera ainda “leviana” as afirmações prestadas por uma amiga da médica de que o policial teria dito que “mandou matar o assassino do seu sogro”. “O depoimento dessa testemunha foi parcial, sem

CARLOS ALBERTO SILVA



Advogado criticou declarações de “levianas” no fórum

O OUTRO LADO

“Ela podia ter marcas, mas não dá para dizer que foram causadas por Hilário. Os depoimentos não confirmam que Hilário agrediu Milena”

HOMERO MAFRA
ADVOGADO DE HILÁRIO,
EX-MARIDO DE MILENA

equilíbrio”, critica Mafra.

O advogado diz, ainda, que não tem informações de que a Polícia Civil teria enviado provas para a De-

legacia de Fundão, para ajudar na investigação do assassinato da morte do pai de Milena. “Não temos informações sobre o assunto e Hilário também não foi intimado”, disse.

Quanto aos crimes praticados pelo pai do policial civil, Esperidião Frasson, o advogado informa que não há nada que envolva Hilário. Para Mafra, não procedem as acusações de que ele teria praticado assédio sexual contra uma amiga e uma parente de Milena, nem as de que ele teria interesse na herança deixada pelo pai da médica. Ele descarta ainda que o policial dependia financeiramente da ex-mulher.

CASO MILENA GOTTARDI

Família acusa Hilário de rastrear carro da médica

Com base em dados do celular do policial afastado, acusação pediu que empresa de rastreamento apresente contratos

Hemerson Costa
Rafael Moura

A família da médica Milena Gottardi Tonini, 38, acusa o marido dela, o policial civil afastado Hilário Fiorot Frasson, 44, de rastrear o carro da vítima, que levou três tiros no dia 14 de setembro de 2017, no estacionamento do Hospital das Clínicas, em Vitória, e morreu no dia seguinte.

Hilário é um dos réus do assassinato da própria mulher e acusado de ser um dos mandantes do crime, junto com o pai dele, Esperidião Frasson, 71.

Também respondem ao processo Valcir da Silva Dias e Hermenegildo Palauro Filho, que seriam responsáveis por intermediar o crime; Dionathas Alves Vieira, apontado como executor, e Bruno Broetto Rodrigues, que é responsabilizado por roubar a moto utilizada por Dionathas no dia do crime.

Ontem, no Fórum Criminal de Vitória, ocorreu uma nova rodada de depoimentos de testemunhas que foram arroladas pelo Ministério Público Estadual, que incluiu colegas de trabalho de Milena, mãe de colegas das filhas da vítima, diretora da escola onde as crianças frequentavam, além de detetive particular que teria sido contratado por Hilário para monitorar a médica.

Nesse mesmo dia, o advogado da família Gottardi e assistente da acusação, Renan Sales, protocolou na 1ª Vara Criminal de Vitória um pedido no qual há a acusação de que o policial afastado teria contratado os serviços de uma empresa para rastrear o carro de Milena.

No pedido, a assistência da acusação "pede que seja oficiada a empresa para que informe se o acusado Hilário Antônio Fiorot Frasson contratou serviços de rastreamento de veículos". "Caso positivo, requer que sejam juntados aos autos o contrato/nota fiscal, bem como informações acerca do período em que o serviço foi contratado, além de quais automóveis eram objetos do rastreo", afirma o pedido.

A acusação vem, segundo o pedido feito pela assistência da acusação, a partir do "arsenal de mídias extraídas do celular do acusado Hilário". No telefone teria sido encontrado o aplicativo responsável por monitorar o Onix da vítima.

A Justiça oficiou a empresa de rastreamento veicular, estabelecendo 10 dias para uma resposta. Procurada, a defesa de Hilário diz não ter essa informação.



CHEGADA DE ACUSADOS ao Fórum Criminal de Vitória: Justiça vai decidir sobre ação de réus em morte de médica

RÉUS DO CASO MILENA GOTTARDI



HILÁRIO ANTONIO FIOROT FRASSON



ESPERIDIÃO CARLOS FRASSON



HERMENEGILDO PALAURO FILHO



VALCIR DA SILVA DIAS



BRUNO RODRIGUES



DIONATHAS ALVES VIEIRA

SAIBA MAIS

Andamento do julgamento do caso Milena

Primeira fase

- > A PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO judicial, que começou na terça-feira com o depoimento de nove testemunhas de acusação, ainda tem um longo caminho até o julgamento.
- > AO TODO, SÃO 55 TESTEMUNHAS a serem ouvidas. Do total, 15 ainda se-

rão ouvidas no Fórum Criminal de Vitória.

- > ONTEM, outras oito testemunhas da acusação prestaram depoimento. Nos dias 30 e 31, será a vez de 15 testemunhas das defesas.
- > OUTRAS 23 PESSOAS serão ouvidas em comarcas fora da Grande Vitória, sendo 16 delas em Fundão, duas em

Colatina, além de outras em Linhares, Aracruz, São Mateus, João Neiva e Governador Valadares (MG). Segundo a Justiça, muitas delas não foram ainda intimadas.

- > APÓS AS OITIVAS das testemunhas, haverá o interrogatório dos réus.
- > AO FINAL, o juiz decide se os réus serão levados a júri popular.



MILENA Gottardi foi assassinada

Debate acalorado durante audiência



RENAN SALES disse que "embates entre advogados são comuns"

Durante os primeiros depoimentos, na manhã de ontem, no Fórum Criminal de Vitória, foram registrados protestos por parte da defesa de alguns dos acusados, o que, segundo fontes da Justiça, é comum durante as audiências.

Uma, no entanto, provocou um mal-estar entre advogados, assistência de acusação e Ministério Público.

Durante o depoimento da testemunha Aline Coelho Moreira Fraga, o advogado Homero Mafra, que defende o policial Hilário Frasson, reclamou que, no momento em que o assistente de acusação Renan Sales estava com a palavra, o promotor Jerson Ramos pediu a palavra a Sales para fazer perguntas, sendo por ele autorizado.

Diante da impugnação da defesa, o juiz do caso sugeriu que o promotor Jerson Ramos passasse perguntas para o advogado Renan Sales, que então as faria.

O Ministério Público afirmou que o uso da palavra ainda estava

com "o polo ativo da ação penal", hoje composto pelo Ministério Público e pela assistência da acusação representando a vítima e, nesse sentido, havendo a concordância da assistência de acusação, tecnicamente, não houve qualquer irregularidade.

Já o juiz Marcos Pereira Sanches disse que, ao contrário do que afirmou a defesa de Hilário, "não sugeriu nada, apenas falou para o assistente de acusação fazer suas perguntas, e, assim o fez, para que, caso insistisse em devolver a palavra ao Ministério Público, pudesse verificar a devida concordância".

Para o advogado Renan Sales, não houve tumulto na audiência.

"Eu não consideraria tumulto. Embates entre advogados são comuns, normais. Na verdade, há uma divergência de ideias, de entendimento jurídico, de posturas jurídicas. Na hora, cada um coloca sua postura e depois é o juiz quem decide", minimizou Sales, na saída do segundo dia de depoimentos.

Proposta de R\$ 100 mil para mudar versão, diz defesa de réus

A defesa dos réus Dionathas Alves Vieira e Bruno Rodrigues Broetto afirmou ontem, ao final das audiências, que os seus clientes receberam a proposta de ganhar até R\$ 100 mil para mudar o depoimento e assumir a culpa dos outros réus.

A proposta teria sido feita por Valcir da Silva Dias, apontado como um dos intermediários do crime, em uma das celas dentro do Fórum Criminal de Vitória, enquanto aguardavam os depoimentos.

Ainda de acordo com a ata final da audiência, realizada ontem, Dionathas também trocaria de advogado. O novo defensor seria indicado por Valcir. Ainda de acordo com a defesa, o valor seria pago, assim que Valcir estivesse solto.

A defesa de Valcir, no mesmo documento, negou os fatos e garantiu que seu cliente não ficou sozinho com Dionathas e Bruno. "Ele não teve qualquer contato com eles", diz o trecho.

Segundo a defesa de Dionathas e Bruno, a proposta foi feita no primeiro dia das audiências. E que o juiz Marcos Pereira Sanches foi informado, na parte da tarde, do mesmo dia. O juiz determinou que os réus fiquem não só em alas separadas, mas também em unidades distintas e que seja aberto um inquérito policial para apurar os fatos.

CASO MILENA GOTTARDI

Advogado do policial pede afastamento de juiz

O advogado do policial civil afastado Hilário Antônio Fiorot Frasson, Homero Mafra, pediu na Justiça, na última segunda-feira, a suspeição do juiz que analisa o caso, o magistrado Marcos Pereira Sanches, da 1ª Vara Criminal de Vitória. Isso significa o afastamento do juiz do caso.

Segundo os documentos obtidos pela reportagem, Hilário, por meio de seu defensor, pede a exceção de suspeição do magistrado por conta de uma suspeita de parcialidade, que decorre da celeridade impressa ao julgamento que está em curso na vara.

Mafra, na petição, afirma não reclamar de “nenhuma celeridade processual”. No entanto, no documento é apontado que quando se tem uma “celeridade seletiva”, há razões para se questionar a parcialidade do julgador.

“A defesa do Hilário entende que o juiz foi parcial, não fez anotação em ata como deveria ter sido, deu um andamento rápido ao processo, como não dá em nenhum outro. Não é que a gente queira que o processo ande devagar. Mas não pode dar um andamento mais acelerado do que o outro. Isso demonstra parcialidade”, ponderou Mafra, ao ser procurado pela reportagem.

Por conta disso, a defesa de Hilário, na petição de exceção, frisa que ter razões para ter dúvidas quanto à parcialidade do julgamento e o advogado espera que seja acolhida a suspeição.

Procurado, o Tribunal de Justiça informou que não se posiciona sobre processos em tramitação.

ASSOCIAÇÃO

O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo, juiz Ezequiel Turíbio, disse estranhar o posicionamento da defesa de Hilário.

“Não procede a alegação. A duração razoável do processo é um direito do cidadão. Esse processo tem muitos réus presos, tem prioridade e teve muita repercussão. Me estranha o advogado questionar que o processo está andando de forma rápida”.

Turíbio ainda ressaltou que “quem conhece o trabalho do juiz Marcos Pereira Sanches sabe que ele é um juiz célere”.



FABIO NUNES/AT

HOMERO MAFRA criticou a rapidez que magistrado deu ao processo

“Magistrado foi ofendido”

O Ministério Público do Estado, durante as audiências de ontem, se manifestou sobre o pedido de suspeição do juiz responsável pelo caso, feito pelo advogado Homero Mafra, que defende o policial afastado Hilário Frasson.

Segundo o MP-ES, no decorrer dos dois dias de audiência, a defesa de Hilário “proferiu tratamento descortês aos servidores”, assim como “ofendeu gratuitamente” o juiz Marcos Pereira Sanches, “chamando-o a todo momento de parcial, tendencioso e faccioso”, diz parte da manifestação do MP-ES, nos autos do processo.

Na visão do Ministério Público,

o propósito do afastamento do magistrado é pela “atuação eficaz, célere e proba”, o que tem incomodado a defesa do réu Hilário.

ACUSAÇÃO

Para o assistente de acusação, o advogado Renan Sales, os motivos da defesa do policial são “absolutamente descabidos e que não há celeridade descabida por parte do magistrado”.

Sobre a “celeridade seletiva”, da qual reclamou Mafra, Sales afirmou que a manifestação é descabida, e que a celeridade sempre foi pleito da Ordem dos Advogados do Brasil, e da própria advocacia.

CASO MILENA GOTTARDI

PROPOSTA DE R\$ 100 MIL PARA LIVRAR ACUSADOS

Valor teria sido oferecido por Valcir a assassino da médica

Foram oferecidos a Dionathas Alves Vieira – assassino da médica Milena Gottardi – até R\$ 100 mil para que livrasse os demais acusados da responsabilidade pelo crime. A proposta foi feita por um dos intermediários, Valcir da Silva Dias, na sala onde estavam detidos os réus, no Fórum Criminal de Vitória. A informação consta na ata final da audiência realizada ontem.

No documento, obtido com exclusividade pelo Gazeta Online, o relato foi feito pelo advogado Leonardo Rocha, que faz a defesa dos acusados Dionathas e Bruno Rodrigues Broetto – acusado de roubar a moto usada no crime. Para ter acesso ao dinheiro, Dionathas, além de mudar o seu depoimento e assumir a responsabilidade dos demais réus, teria ainda que trocar de advogado. Sua defesa seria assumida por um profissional indicado e da confiança de Valcir. O valor seria pago assim que Dionathas fosse libertado.

A proposta, segundo consta em ata, foi feita na sala onde os réus estavam detidos. O advogado de Valcir, Alexandre Lyra Trancoso, no mesmo documento, negou que os fatos tenham ocorrido. Afirmou que em momento algum o seu cliente ficou com Dionathas e Bruno sozinhos: “Ele não teve qualquer contato com eles”, disse na ata, pedindo ainda uma apuração sobre os fatos.

O advogado Homero Mafra, que faz a defesa do policial civil Hilário Frasson – ex-marido da médica e acusado de ser mandante do crime – descartou qualquer tipo de ameaça ou proposta feita por seu cliente ao réus Dionathas e Bruno. A abordagem teria ocorrido no primeiro dia de audiência, terça-feira, e foi informada ao juiz Marcos Pereira Sanches, da 1ª Vara Criminal de Vitória, logo após o almoço. Logo em seguida o magistrado determinou a abertura de inquérito policial para



Acusados de participação na morte da médica deixaram o Fórum Criminal de Vitória no início da noite

RICARDO MEDEIROS

Homero vai tentar tirar juiz do caso

O advogado Homero Mafra, que faz a defesa do policial civil Hilário Frasson, pediu, formalmente, a suspeição do juiz Marcos Pereira Sanches, da 1ª Vara Criminal de Vitória. Ele acusa o magistrado de ser parcial, não só na realização das audiências, mas também na condução do processo que visa condenar os acusados pelo assassinato da médica Milena Gottardi.

Ele aponta, por exemplo, que foi aplicada a este processo uma “celeridade excessiva” que não é adotada em relação a outros processos que tramitam na mesma vara. Segundo Mafra, as audiências desta semana foram difíceis em decorrência das atitudes do juiz.

Na ata produzida ao final da audiência de ontem, os representantes do Ministério Público Estadual registraram o seu protesto em relação ao pedido de suspeição do magistrado. Segundo eles, Mafra “proferiu tratamento descortês aos servidores”, e ofendeu o juiz.

Os promotores assinalaram ainda, no mesmo documento, que o propósito do advogado do acusado Hilário é afastar o juiz do caso e que isto ocorre em decorrência de sua atuação, considerada eficaz.

FERNANDO MADEIRA - 19/09/2017



A SALA DE AUDIÊNCIA

- 1 Juiz
- 6 Advogado de Esperidião
- 11 Esperidião
- 2 Promotores
- 7 Advogado de Hermenegildo
- 12 Hermenegildo
- 3 Assistentes de acusação
- 8 Advogado de Valcir
- 13 Valcir
- 4 Assessor jurídico
- 9 Advogado de Bruno e Dionathas
- 14 Duas cadeiras vazias
- 5 Advogado de Hilário
- 10 Hilário
- 15 Agente
- 16 Bruno
- 17 Dionathas

Foto: Caique Verly

Montagem | Marcelo Franco

apurar os fatos.

TESTEMUNHAS

Nos últimos dois dias, foram realizadas as primeiras audiências relativas ao assassinato da médica. Milena foi baleada em 14 de setembro do ano passado, no estacionamento do Hospital das Clínicas (Hucam). Foram ouvidas 17 testemunhas convocadas pelo Ministério Público Estadual (MPES).

Nos dois dias atuaram os

promotores Jerson Ramos de Souza, Paulo Panaro, Daniela Moysés e Elias Gomes Zam. Segundo Panaro, duas testemunhas não puderam ser ouvidas por residirem fora de Vitória e vão prestar depoimentos em suas cidades. Todos os convocados pelo MPES confirmaram, em frente ao juiz, os depoimentos prestados ao delegado.

“Não houve nenhuma contradição. Alguns até acrescentaram fatos que não

tinham sido levantados na polícia. Os depoimentos de hoje (ontem), por exemplo, foram muito bons, ratificando tudo o que já havia sido dito à polícia”, relatou.

O restante das audiências serão realizadas nos dias 30 e 31 de janeiro. No primeiro dia, serão chamadas as pessoas apontadas pelas defesas dos denunciados como mandantes do crime: Hilário e o pai dele, Esperidião Frasson.

Na lista de testemunhas

convocadas pelo advogado de defesa Hilário foram intimadas 13 pessoas.

Em 31 de janeiro devem comparecer as testemunhas apontadas pela defesa de Hermenegildo Palauro Filho e Valcir, ambos acusados de serem intermediários. As audiências para ouvir as testemunhas de defesa de Dionathas, o executor, e de Bruno, acusado de ter roubado a moto do crime, ainda não foram marcadas.



Homero Mafra defende Hilário Frasson no caso

EDSON CHAGAS - 14/09/2017



No dia do crime, Hilário chegou correndo ao local

HILÁRIO LEVOU MÃE DE MILENA A LOCAL DO CRIME

Sogra do policial pegou carona com ele ao ficar sabendo que filha "sofreu um assalto"

OS ACUSADOS



Hilário Frasson, ex-marido, acusado de ser mandante



Esperidião Frasson, pai de Hilário, seria outro mandante



Valcir da Silva Dias, apontado como um dos intermediários



Hermenegildo Palaoro Filho (Judinho), outro intermediário



Dionathas Alves Vieira, acusado de ser executor da médica



Bruno Broetto, acusado de roubar a moto usada no crime

« A mãe da médica Milena, Zilca Gottardi, chegou ao Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (Humcam), no dia em que a filha foi baleada, acompanhada de Hilário Frasson, acusado de ser um dos mandantes. Ela relatou nas audiências do processo pelo assassinato da médica que pegou carona com o genro no dia 14 de setembro de 2017.

Zilca explicou, em depoimento, que estava na casa de Hilário e Milena quando recebeu uma ligação dizendo que a filha "sofreu um assalto, passou mal e precisava de ajuda". O depoimento foi obtido com exclusividade pelo portal Gazeta Online. Segundo Zilca, nesse momento, Hilário chegou com os filhos do casal e estava indo para o local do crime quando ela o acompanhou.

Na ocasião, o carro estava sendo dirigido por um amigo de Hilário. "Hilário disse que não precisava ir e que ficasse com as crianças, ele dizia que tinha ocorrido um assalto. X (amigo) insistiu em ir dirigindo, pois dizia que

AUDIÊNCIAS

25

horas e 30 minutos
Foi o tempo de duração dos dois primeiros dias de audiência.

Hilário estava muito nervoso. Ao saber que Milena tinha sido atingida na cabeça, comecei a concluir que não foi um assalto", contou.

Em depoimento, a mãe da médica disse que o relacionamento do casal só piorou com o casamento e o nascimento da primeira filha. Segundo ela, o acusado era muito ciumento e possessivo. A vítima queria receber visitas, mas Hilário não se sentia bem.

Ela contou que, após o nascimento de uma das netas, foi para casa de Milena para ajudá-la, mas não podia dormir no local por causa do policial civil. "Hilário ligava e perguntava se eu ainda estava na casa. Ligava para Dou-

glas (irmão da médica) e perguntava se ele já tinha ido me buscar", relatou.

Contou ainda que Milena a informou que havia deixado um documento assinado que seria entregue caso acontecesse alguma coisa a ela, mas não sabia do que se tratava. "Até o último dia de vida, ela tinha fé e me pedia fé. 'Mãe, olhasó, eu fiz um documento e vou deixar para vocês terem se acontecer alguma coisa comigo, mas não vai acontecer nada. Mãe, eu estou muito feliz, porque eu tenho certeza de que agora eu vou ser feliz. Você está feliz, mãe?', disse Milena para Zilca.

CELULAR

O medo de estar com o celular grameado pelo ex-marido fez com que Milena Gottardi comprasse, escondida, um outro aparelho para se comunicar com familiares e a advogada dela, durante o processo de divórcio. A afirmação é do irmão da vítima, Douglas Gottardi Tonini, durante depoimento.

Em audiência ontem, Douglas contou que acompanhou todo o processo de divórcio. Segundo ele, o policial civil era possessivo e não aceitava a separação.

Por este motivo, quando Douglas recebeu a notícia, na Espanha, de que a irmã havia sido assassinada, ligou o crime ao ex-marido, apesar de ser informado por um amigo, inicialmente, que se tratava de um assalto.

Ainda segundo Douglas, a irmã a se disfarçava para ir até a advogada e ainda comprou outro celular, sem que Hilário soubesse. "Ela (Milena) ia ler as mensagens, mas já constavam como lidas", relatou em depoimento.

GAZETA ONLINE

www.gazetaonline.com.br

+CONTEÚDO

Confira o que disseram as principais testemunhas do caso.

leia.ag/milena

Amiga da médica relata que foi assediada pelo policial civil

« Hilário foi acusado por uma testemunha das audiências do assassinato de Milena de assédio sexual. Os fatos teriam ocorrido em três ocasiões, segundo o relato feito por uma amiga da médica. A primeira ocorreu quando Milena morava em São Paulo e seria realizada uma festa para a filha do acusado.

O nome das testemunhas, que foram convocadas pelo MPES, não serão revelados para preservar sua identidade.

Ele teria ido ao escritório

da amiga de Milena para deixar o convite para a festa. Como ela não estava, o envelope foi entregue a sua assistente. "Minha secretária recebeu o convite e a orientação de Hilário para dizer que eu era linda. Ao abrir o convite, estava escrito que eu era linda", relatou.

Na segunda ocasião, em Vitória, ela estava na porta da escola onde seus filhos estudavam, com roupa de academia. Hilário tirou uma foto dela de short e colocou no grupo dos pais da escola, com a indagação: "O que se-



Milena Gottardi pediu que escola protegesse filhas

rá que ela está pensando?".

Em uma terceira ocasião, a amiga encontrou com Hilário na escola e disse a ele que iria se casar. Ele falou: "Nossa, um desperdício uma mulher dessa se casar".

ARMA NA ESCOLA

Cerca de dez dias antes de morrer, a médica foi até a escola onde as filhas estudam e pediu à direção que resguardasse as meninas caso algo acontecesse com ela.

O fato foi relatado por uma funcionária da escola

em depoimento, que disse ainda que, após a separação, Hilário passou a entrar armado na escola quando ia buscar as crianças. Numa ocasião, ele mostrou a arma para uma professora quando questionado sobre aquele não ser o dia dele buscar as crianças. A professora se sentiu coagida e procurou a coordenação.

Participaram desta reportagem: Lara Rosado, Natalia Bourguignon, Raquel Lopes, Victor Muniz, Vilmaria Fernandes.

CASO MILENA GOTTARDI

PRIMEIRA AUDIÊNCIA

Choro interrompeu fala da mãe de Milena por três vezes

Zilca Maria Gottardi foi a antepenúltima testemunha de acusação ouvida

RAQUEL LOPES
rllopes@redesozetea.com.br

A emoção de algumas testemunhas tomou conta do primeiro dia de audiências no processo de julgamento do assassinato da médica Milena Gottardi, ontem, que durou 14 horas e 30 minutos. O depoimento da mãe de Milena, Zilca Maria Gottardi, foi interrompido três vezes porque ela chorava muito no momento da declaração.

Muito abalada com a situação, Zilca já tinha pedido que os réus, incluindo o genro Hilário Frasson, não estivessem presentes no momento em que fosse ouvida pelo juiz da 1ª Vara Criminal de Vitória, Marcos Pereira Sanches. O pedido, que também foi feito por outras testemunhas, foi acatado.

Foram nove testemunhas de acusação intimadas pelo Ministério Público para o primeiro dia. Cinco pediram para serem ouvidas sem a presença dos réus, que saíram às 18h30: Zilca Gottardi, Douglas Gottardi, irmão da médica, a prima Shintia Gottardi, a amiga Marcelle Gomes e a advogada contratada por Milena para a separação, Ana Paula Protzner.

"Não tenho estrutura psicológica para encontrar o Hilário", justificou a amiga de Milena, Marcelle Gomes. Ela disse que ficou aliviada após ter prestado depoimento. "Eu estava engasgada com tudo que eu sabia."

Ela não deu detalhes sobre o depoimento que prestou, mas enfatizou que sentiu uma sensação de alívio. "Nada vai trazer a minha

A SALA DA AUDIÊNCIA



ARQUIVO PESSOAL

A médica Milena Gottardi foi baleada ao sair do Huacam

BERNARDO COUTINHO



Hilário e Esperidião chegaram ao Fórum Criminal de Vitória por volta das 9 horas

amiga de volta. Mas eu me sinto aliviada porque eu falei a verdade", concluiu.

COMO FUNCIONOU

A audiência começou às 9 horas com a presença dos seis réus. Algemado e com roupas do sistema prisional, Hilário Frasson chegou ao Fórum Criminal de Vitória acompanhado do pai, Esperidião Frasson. Os dois são acusados de serem mandantes do crime.

A previsão era de que o delegado responsável pelo caso, Janderson Lube, fosse a primeira pessoa a ser ouvida. No entanto, como a advogada de Milena, Ana Paula Protzner, pediu que os réus não estivessem presentes no momento do depoimento dela, foi ela quem deu início à audiência.

Depois de Ana Paula, o delegado Janderson Lube foi ouvido por três horas. Devido ao longo tempo ocu-

pado pelo depoimento do policial, a outra pessoa que seria ouvida durante a manhã teve que passar para a parte da tarde.

O julgamento foi retomado por volta de 15h e o policial civil Igor de Oliveira prestou depoimento. Em seguida, a testemunha que co-

meçou a ser ouvida por volta de 16h foi Edineia Alvarenga. Ela trabalhava junto com Hilário na época em que o policial civil denunciou um suposto roubo de seu dinheiro no local de trabalho, uma delegacia. Uma quantia de R\$ 5.800.

Por volta de 17h20, a mé-

dica Maria Isabel começou a ser ouvida. A testemunha acompanhava Milena na saída do plantão na noite do crime. Já na parte da noite, às 18h50, a amiga de Milena, Marcelle Gomes, começou a falar. Depois dela, às 19h20, a mãe de Milena, Zilca Maria Gottardi, deu início

ao depoimento. O irmão de Milena, Douglas, começou a ser ouvido às 21h. A primeira audiência, foi a última a falar. A audiência terminou por volta das 23h30.

CONTINUAÇÃO

Mais oito testemunhas de acusação serão ouvidas hoje. O restante das audiências serão realizadas em 30 e 31 de janeiro. No primeiro dia, serão chamadas as pessoas apontadas por Hilário e Esperidião Frasson.

Já em 31 de janeiro, devem comparecer as testemunhas apontadas pela defesa de Hermenegildo Palauro Filho, conhecido como Judinho, e Valcir da Silva Dias, ambos acusados de serem intermediários do crime. As audiências para ouvir as testemunhas de defesa de Dionathas e Bruno Rodrigues Broetto, acusado de ter roubado a moto do crime, ainda não foram marcadas.

TESTEMUNHAS

QUEM FOI OUVIDO ONTEM

► Nove testemunhas de acusação

Janderson Lube
Igor de Oliveira
Ana Paula Protzner
Maria Isabel
Edineia Alvarenga
Shintia Gottardi
Marcelle Gomes
Douglas Gottardi

Zilca Gottardi

QUEM SERÁ OUVIDO HOJE

► Oito testemunhas de acusação

► Às 9 horas:
Rachel Lacourt
Bianca Pavan
Aline Coelho
► Às 13 horas:

Fernanda Coutinho
Livia Maria Araújo
Marcelo Thompson
Ulisses Nascimento de Oliveira
Gustavo Garcia Wierman

HILÁRIO E ESPERIDIÃO

► Testemunhas de defesa
As testemunhas de

defesa dos acusados Hilário Frasson e Esperidião Frasson serão ouvidas no dia 30 de janeiro.

VALCIR E HERMENEGILDO

► Testemunhas de defesa
As testemunhas de defesa de Valcir da

Silva Dias e Hermenegildo Palauro Filho, serão ouvidas no dia 31 de janeiro.

DIONATHAS E BRUNO

► Testemunhas de defesa
As audiências para ouvir as testemunhas de defesa de Dionathas e Bruno Rodrigues

Broetto, ainda não foram marcadas.

O CASO

► Relembre

A médica Milena Gottardi foi baleada na saída do Huacam, em 14 de setembro do ano passado, na Capital, e morreu no dia seguinte.

... não viveu uende, não e moquecar”

Padre na Justiça

Mesmo com toda a polêmica por ter convocado o padre José Pedro Luchi como testemunha da defesa de Hilário Frasson, o advogado Homero Mafra afirmou que não vai abrir mão do depoimento do sacerdote. “Não cuto gito. Qual a razão de o padre não poder depor?”, diz Homero, que defende o policial acusado de matar a médica Milena Gottardi.

A carta

Homero, que também é presidente da OAB-ES, se disse surpreso com a reação por ter arrolado o padre como testemunha: “Vi a repercussão e confesso que não entendi”. No domingo, as duas irmãs do sacerdote, que são médicas, divulgaram uma carta em que mostram a insatisfação da família pelo fato de o irmão ter sido arrolado como testemunha de Hilário.

Segredo de confissão

O advogado também prometeu não constranger o sacerdote: “Nenhuma pergunta que possa envolver segredo de confissão será feita. E mais: o padre não é testemunha da defesa. A testemunha é arrolada pela defesa e fala sobre fatos de que tem ciência, favoráveis ou não ao acusado”.

MÃE E IRMÃO DE MÉDICA SERÃO OUVIDOS HOJE

Julgamento começa com as primeiras nove testemunhas de acusação

RAQUEL LOPES
rllopes@redgazeta.com.br

A mãe e o irmão de Milena Gottardi compõem o quadro de testemunhas de acusação no primeiro dia de audiências do processo de julgamento do assassinato da médica que acontece hoje, no Fórum Criminal de Vitória. A médica foi baleada na saída do Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (Hucam), em 14 de setembro do ano passado, em Vitória, e morreu no dia seguinte.

Serão nove testemunhas de acusação intimadas pelo Ministério Público no primeiro dia. As audiências começam às 9h, quando serão ouvidas três testemunhas. A primeira pessoa da lista é o delegado responsável pelo caso, Janderson Lube.

A mãe de Milena, Zilca Gottardi, e o irmão, Douglas Gottardi, prestarão depoimento na parte da tarde, além de outras quatro pessoas. A continuidade das audiências com as testemunhas de acusação acontece amanhã, quando serão ouvidas mais oito testemunhas.

Na época que Milena foi morta, Zilca chegou a dizer que Hilário tinha um comportamento bipolar, com atitudes agressivas. "Eu sinto pavor de Hilário, onde ele estava, o ambiente ficava pesado e instável", revelou em depoimento à polícia.

O advogado de acusação, Renan Sales, confirmou a presença de Zilca no fórum, que poderia optar por ser ouvida em outro local. "A acusação entende que o processo já tem prova técnica robusta confirmando a autoria do crime, mas vamos ouvir as testemunhas e confirmar os fatos da denúncia", afirma.

RÉUS PRESENTES

O Tribunal de Justiça informou que os réus serão conduzidos ao local, mas não sabe se estarão presentes em todos os depoimen-

As primeiras audiências

Seis réus no processo estarão presentes nas audiências



TESTEMUNHAS

Foram intimadas 51 testemunhas de acusação e defesa. No primeiro e no segundo dia serão ouvidas as testemunhas de acusação, incluindo a mãe da médica, Zilca Gottardi

Horário	Hoje	Amanhã
9 horas	<ul style="list-style-type: none"> Janderson Lube (delegado) Igor de Oliveira (policial civil) Ana Paula Protzner 	<ul style="list-style-type: none"> Rachel Lacourt Bianca Pavan Aline Coelho
13 horas	<ul style="list-style-type: none"> Maria Isabel Edineia Alvarenga Shintia Gottardi (prima da médica) Marcelle Gomes Douglas Gottardi (irmão da médica) Zilca Gottardi (mãe da médica) 	<ul style="list-style-type: none"> Fernanda Coutinho Livia Maria Araújo Marcelo Thompson Ulisses Nascimento de Oliveira Gustavo Garcia Wierman

• As testemunhas de defesa de Hilário Frasson e Esperidião Frasson irão depor no dia 30 de janeiro
 • As testemunhas de Valcir da Silva Dias e Hermenegildo Palauro Filho serão ouvidas no dia 31 de janeiro
 • As audiências para ouvir as testemunhas de defesa de Dionathas Alves Vieira e Bruno Rodrigues Broetto ainda não foram marcadas

Fonte: Polícia Civil

Infografia | Marcelo Franco

tos. O TJES informou ainda que a segurança dos réus presos é de responsabilidade da Secretaria de Estado

da Justiça (Sejus). Dionathas Alves Vieira, acusado de ser o executor dos disparos, por decisão

judicial, será conduzido e ficará separado dos outros cinco réus no processo. Segundo o advogado de de-

fesa de Dionathas, Leonardo Rocha, foi uma solicitação da defesa e acolhida pelo juiz que preser-

va a integridade física e moral do réu.

"É de extrema importância não só pela preservação da sua vida, mas também para o próprio processo tendo em vista ser o seu depoimento determinante para o esclarecimento dos fatos e indicação dos demais coautores e partícipes do crime", informou.

O restante das audiências serão realizadas nos dias 30 e 31 de janeiro. No primeiro dia, serão chamadas as pessoas apontadas pelas defesas dos denunciados como mandantes do assassinato da médica: Hilário

Frasson e o pai dele, Esperidião Frasson.

Na lista de testemunhas convocadas pelo advogado de defesa Hilário, Homero Mafra, foram apresentadas 13 pessoas, entre elas um desembargador aposentado, dois assessores de desembargador, o chefe da Polícia Civil do Espírito Santo, Guilherme Daré, e um padre da Igreja Católica, José Pedro Luchi.

Já no dia 31 de janeiro, devem comparecer as testemunhas apontadas pela defesa de Hermenegildo Palauro Filho, conhecido como Judinho, e Valcir da Silva Dias, ambos acusados de serem intermediários do crime. As audiências para ouvir as testemunhas de defesa de Dionathas e Bruno Rodrigues Broetto, acusado de ter roubado a moto do crime, ainda não foram marcadas.

Durante as audiências de instrução do processo, são ouvidas testemunhas, ocorre o interrogatório do réu e, se for o caso, são apresentadas as alegações finais. Após essas audiências, o juiz vai analisar e pode ou não decidir se pronuncia ou não o acusado, ou seja, se ele vai ou não a júri popular. Quando o juiz decide pela pronúncia, ele não está decidindo se o réu é ou não culpado, mas se há indícios de autoria do crime.



lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

LEONEL XIMENES



Justiça social

Um dos promotores que está atuando na audiência de instrução do caso Milena Gottardi lembrou, durante sua intervenção na quarta-feira, do aniversário do juiz Marcos Pereira Sanches, a quem parabenizou.

lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

LEONEL XIMENES



FELIZ E ETERNO NATAL!

No Fórum Criminal de Vitória, na Cidade Alta, o espírito de Natal ainda está muito presente. Tão presente que a decoração não foi retirada. E com pisca-pisca funcionando e tudo. FOTO: RAQUEL LOPES



GOLPES PELA INTERNET

Bancos são condenados a pagar indenização a 3.500

Ações foram decididas pela Justiça na Grande Vitória num período de um ano. Número de fraudes cresceu com as transações virtuais

Acácio Rodrigues

Usar a internet para evitar filas e o estresse em bancos tem sido prática comum, tanto que cerca de 9,5 milhões de correntistas no Brasil fazem movimentações bancárias pelo celular.

Porém, somente na Grande Vitória, 3.500 pessoas ganharam indenizações por terem sido vítimas de golpes na rede, no último ano.

Quem confirma o número de casos é o juiz do 4º Juizado Cível de Vitória, Paulo Abiguenem Abib.

“São 3.500 pessoas, em um ano, na Grande Vitória. Os fraudadores se aproveitam da vulnerabilidade

documentos e contas fraudadas. É algo que acontece bastante. Mas, a responsabilidade é dos bancos”, afirmou.

Em casos de golpes, o juiz garantiu: “A pessoa pode tomar as medidas que achar cabíveis, tanto administrativamente, quanto na Justiça, ou reclamar no Procon”.

Com 57% das movimentações bancárias — de acordo com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) — no País feitas por meio de aplicativos dos bancos em 2016, o risco tem sido iminente. Mas, o Procon Estadual reitera que as pessoas não têm registrado as reclamações.

“Encontrei seis registros desse tipo de problema. Muitas pessoas,

embora tenham sido prejudicadas, não procuram o Procon”, alertou o gerente de atendimento do Procon Estadual, André Marques.

O diretor e pesquisador do Instituto Internacional de Tecnologia e Informação Científica (IITIC), Renan Barcellos, vai além:

“A questão de segurança é um problema social. Muitas vezes, o problema não está no celular, no site do banco, mas sim na pessoa. O banco desenvolve o aplicativo com recursos para evitar fraudes”.

De 2014 até agora, mais de duas mil agências bancárias no País foram fechadas devido ao crescimento do uso de aplicativos das instituições financeiras.



FERNANDO RIBEIRO — 13/07/2016

SAIBA MAIS

Cuidados para se proteger

Conexão pública

> AO UTILIZAR rede pública de internet, é preciso evitar trocar informações que tenham dados sigilosos e de interesse pessoal, assim como fazer movimentações bancárias.

> A RECOMENDAÇÃO é usar aparelho pessoal e o próprio pacote de dados para realizar essas atividades.

E-mail falso

> OS BANCOS NÃO ENVIAM E-MAIL aos clientes. O contato é feito sempre por

telefone ou carta registrada. Os vírus podem contaminar celular e computador e levar à perda de dados importantes.

Senhas

> TROCAR PERIODICAMENTE as senhas de internet, evitar senhas simples, como a data de nascimento, e não salvar essas informações no celular ajudam a não ser hackeado.

Fonte: Especialistas citados.

Especialistas indicam hábitos diários para evitar fraudes

A troca de informações pela internet, muitas vezes com dados pessoais, é motivo de preocupação. É preciso ficar atento para quem e como enviar números e cópias de documentos, por exemplo.

A advogada do consumidor Karla Cecília Luciano Pinto explicou que o conforto dos aplicativos de bancos não pode deixar o cidadão acomodado.

“É cômodo ter essa interação, convenhamos, mas cada maravilha tem seu preço. O cliente do banco sempre deve prestar atenção, checando extratos, conferindo tudo. A gente não tem segurança física, diria tecnológica”, disse.

O pesquisador do Instituto Internacional de Tecnologia e Informação Científica (IITIC), Renan Barcellos, alertou para o uso de qualquer conexão de internet.

“Se estiver usando uma rede pública de internet, é sempre mais perigoso. Agora, se está no próprio celular, pacote de dados da conta, passa a ter uma proteção maior. A instalação de antivírus é fundamental. Tem alguns que são gratuitos e fáceis de baixar”, garantiu.

Gerente de atendimento do Procon Estadual, André Marques avi-

e-mails supostamente enviados pelos bancos são falsos.

“O banco nunca vai atrás do cliente por e-mail, mas sim por contato telefônico ou uma carta registrada”, frisou André Marques.

“Os vírus podem contaminar celular e computador e levar à perda de algum dado importante, abrindo brecha para fraudadores. É preciso trocar periodicamente senhas de internet e evitar códigos simples, como a data de nascimento”, afirmou Renan Barcellos.

ANÁLISE

Ryan Tavares, advogado, mestre em Direito e especialista em Direito Empresarial



“O 1º passo é falar com a instituição”

“É importante mencionar que o primeiro passo, em caso de fraude, é entrar em contato com a instituição financeira responsável pela conta bancária.

Caso não seja possível a resolução do problema pela via administrativa, pode-se tanto buscar o Procon da região, como também se dirigir aos juizados especiais cíveis para a abertura de um processo visando à restituição integral de todo o prejuízo causado.

Para que não ocorra o vazamento de dados pessoais, deve-se sempre evitar o fornecimento de informações que são sigilosas por meio de telefone ou de e-mail”.

Investimento em segurança

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) garantiu, por meio de nota enviada para a reportagem, que as instituições bancárias têm se comprometido com a segurança dos aplicativos para movimentações em geral.

“Os bancos brasileiros investem, anualmente, cerca de R\$ 2 bilhões em sistemas de Tecnologia da Informação voltados para a segurança. Entretanto, o comportamento do cliente é crucial para amenizar os riscos”, diz a nota da Febraban.

A entidade, que representa as instituições financeiras, recomenda aos usuários dos aplicativos que mantenham a segurança das contas bancárias nas movimentações feitas pela internet.

“A Febraban lançou uma cartilha (disponível no site da entidade) para falar especificamente dos



USO de celular: atenção ao uso

golpes de engenharia social — uma das abordagens mais comuns atualmente —, por meio da qual os criminosos acabam obtendo as informações dos clientes”.



Multidão tomou conta de avenida em Itaparica em evento que terminou em confusão. No dia seguinte, muita sujeira. Até um carrinho de bebê ficou para trás

Ministério Público vai investigar liberação de evento em Itaparica

Banda Ara Ketu nega contratação

Órgão havia pedido à Justiça o cancelamento do Orla Folia, mas requerimento foi negado

« Diante da autorização da Prefeitura de Vila Velha para realização do Orla Folia (bloco de pré-carnaval, na Praia de Itaparica) o Ministério Público do Espírito Santo (MPES) vai apurar responsabilidades e adotar as medidas necessárias. O evento, realizado no domingo, terminou em confusão e o órgão informou que havia pedido à Justiça, no último dia 10, que ele fosse cancelado.

Por nota, o órgão destaca "não ser crível que o bem de uso comum do po-

vo venha a ser privatizado para atender a um determinado interesse econômico em detrimento da coletividade", ao referir-se ao fato de a Avenida Estudante José Julio de Souza ter sido interditada para a passagem do bloco.

"Serão apuradas as responsabilidades quanto à liberação do evento, mesmo diante dos fatos concretos que ocorreram no Orla Folia 2017. Havia no compromisso firmado, naquela época, cláusula expressa quanto à impossibilidade de realização de novo evento, se houvesse qualquer descumprimento das obrigações pactua-

das. Entretanto, mesmo diante do descumprimento e danos coletivos, o poder público municipal concedeu novamente autorização. Dessa forma, o MPES apresentará medida cabível", ressalta.

AÇÃO

Os problemas registrados na edição do ano passado tinham motivado o MPES a ingressar com uma ação civil pública, no último dia 10, solicitando o cancelamento do desfile do bloco que havia sido marcado para o domingo. A Justiça, entretanto, negou o pedido ao avaliar que os motivos apresentados pela promotoria não

APURAÇÃO

"Serão apuradas as responsabilidades quanto à liberação do evento, mesmo diante dos fatos concretos no Orla Folia 2017"

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO EM NOTA

sustentavam a suspensão do evento, desde que os organizadores cumprissem as normas acordadas com a prefeitura.

Entre os argumentos do MPES para a suspensão, estavam o volume de som

superior aos 50 decibéis – limite para áreas residenciais – e a interdição avenida, dificultando a circulação de motoristas residentes na região.

Em sua decisão, o juiz Fernando Freitas indeferiu o pedido de suspensão, mas determinou que a interdição fosse feita em apenas um sentido da via (Itaparica - Itapoã), que fosse respeitado o limite de som acordado com a prefeitura, de 100 decibéis, e que o horário do evento, das 13h às 17h, fosse atendido. O descumprimento de cada um desses pontos será punido com multa de R\$ 30 mil.

« Apesar de o comerciante Bruno Vitalino, organizador do bloco de pré-carnaval Orla Folia 2018 – que aconteceu na tarde do último domingo em Itaparica, Vila Velha – afirmar que contratou a banda Ara Ketu para se apresentar no evento, um comunicado oficial na página da banda nega qualquer acerto com o organizador para o show que, segundo ele, estava programado para acontecer em solo capixaba.

Na publicação, o Ara Ketu afirma: "Não tivemos contrato, não tivemos nenhum depósito em conta de nossa empresa, não tivemos nenhum detalhe de produção resolvido, não enviamos material de divulgação, enfim não teve nada."

CORRUPÇÃO

Servidor investigado por fraude para tomar imóveis

VISTA DE VILA VELHA, onde o possível esquema surpreendeu moradores, ao constatar que seus imóveis estavam no nome de outras pessoas



Processo administrativo relata suspeita de uso do sistema da Prefeitura de Vila Velha para alterar a titularidade de pelo menos 41 bens na cidade

Caio Miranda
Eliane Proscholdt

Imagine a situação: sem aviso prévio, você descobre que seu imóvel ou terreno agora é, simplesmente, de propriedade de alguém totalmente desconhecido. Essa é uma das situações que vêm ocorrendo com alguns moradores de Vila Velha. A administra-

ção do município abriu um Processo Administrativo Disciplinar (PAD), na modalidade sindicância, para investigar um servidor que teria transferido, ilegalmente, a titularidade de 41 imóveis na cidade no ano passado. De acordo com a Prefeitura de Vila Velha, ainda não foram detectadas as motivações para as infrações e se o objetivo era a usurpação de propriedade de imóvel alheio, por meio do chamado esbulho possessório — posse mediante força — ou teria algum outro. Isso porque as investigações abrem a possibilidade, em alguns casos, de a prática ter a conivência do proprietário, para regularizar a transação do imóvel sem o pagamento do Imposto de Transmis-

são de Bens Imóveis (ITBI), tributo municipal que equivale a 2% do valor do bem. A prefeitura informou que eventos semelhantes já haviam sido observados anteriormente. A investigação foi iniciada a partir da reclamação de um morador, que constatou a transferência de um imóvel — registrado em seu nome junto ao cadastro imobiliário municipal — para um terceiro, sem qualquer autorização nesse sentido. A apuração constatou que todas as 41 transferências irregulares — e possivelmente fraudulentas — foram realizadas no transcorrer do ano passado. Todas elas estão registradas no sistema da prefeitura, nos login e senha pessoais do servidor muni-

cipal investigado. No entanto, a reportagem não foi informada dos dias e horários em que as transações foram realizadas, nem os números de registro dos imóveis transferidos, os nomes dos proprietários e os possíveis beneficiados no esquema. A prefeitura ainda informou que já existe um procedimento de investigação semelhante. O processo se encontra junto ao Ministério Público Estadual (MP-ES), na Vara de Improbidade Administrativa de Vila Velha. Nesse caso, a administração do município e o Ministério Público apuram o mesmo tipo de transação ilegal de imóveis e terrenos, que era praticado por uma ex-servidora.

SUSTO

Em nome de outro

Quem levou um susto recentemente foi um aposentado de 64 anos. Ele comprou um apartamento de dois quartos em um bairro de Vila Velha há cinco anos. Pelo imóvel, ele pagou cerca de R\$ 80 mil. "A descoberta se deu quando ele preparava a documentação para tirar a escritura. Ao procurar a prefeitura, ele soube que a propriedade estava em nome de outra pessoa. "Fui chamado para ir à prefeitura amanhã (hoje). Quero resolver esse problema."

“Soube que há outras vítimas. Quero que tudo seja apurado. Não posso ficar no prejuízo”

COMO É O SUPOSTO ESQUEMA



A FRAUDE

O suposto esquema fraudulento envolve, inicialmente, um servidor da Prefeitura de Vila Velha. Sua função seria transferir ilegalmente imóveis e terrenos sem escritura para terceiros.

TRANSFERÊNCIA ILEGAL

Há a suspeita de que as transferências dos imóveis e terrenos seriam feitas de duas formas: com e sem a conivência do proprietário.



CARNÊS DO IPTU: nome de desconhecidos surpreenderam moradores de Vila Velha

1 Sem a conivência do dono

O proprietário de imóveis ou terreno era surpreendido com a transferência do seu bem para um terceiro. Essa descoberta se dava de inúmeras maneiras:

- > RECEBIMENTO do carnê do IPTU em nome de outra pessoa.
- > FILHOS QUE, ao fazer o inventário,

eram surpreendidos com a notícia de que imóvel/terreno estava em nome de outra pessoa.

- > HOUVE TAMBÉM SITUAÇÕES em que a descoberta se dava na hora em que o real proprietário preparava a documentação para tirar a escritura.

2 Com a participação do dono

- > AO DESCOBRIR que há um esquema ilegal para não pagar o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), o proprietário entra em contato com o servidor na prefeitura.
- > O CONTATO COM O SERVIDOR investigado se dava quando ele ia transferir o imóvel a um terceiro. Usando o seu login e senha de acesso ao sistema da prefeitura, ele fazia a transferência de titularidade.
- > A TRANSFERÊNCIA era feita ape-

nas pelo sistema, sem seguir as normas da prefeitura, que eram: abrir um processo interno correspondente à transferência, anexando o comprovante de pagamento do tributo municipal ITBI.

- > AD EFETIVAR a transferência apenas pelo sistema, o servidor investigado beneficiaria os envolvidos, já que o ITBI — equivalente a 2% do valor do imóvel — era sonegado.

Os detalhes de como o esquema é informado às pessoas ainda são investigados, mas há relatos de que a prática já é antiga e teria a participação de uma ex-servidora.

DETALHES

- > PELO TRÂMITE legal, ainda é preciso finalizar a transferência no Cartório de Registro Geral de Imóveis de Vila Velha.
- > HÁ A SUSPEITA DE QUE, além de burlar o processo na prefeitura, os envolvidos também estariam falsificando o comprovante de pagamento do ITBI na prefeitura, necessário para concluir a negociação.
- > PARA ISSO, é preciso investigar se as transferências foram concretizadas em Cartório de Registro de Imóveis, que cobra o mesmo tributo, porém, com valor inferior.

PARTICIPAÇÃO

Suspeita-se também que haja participação de uma rede de despachantes de imóveis do município no esquema. Eles teriam a função de verificar, principalmente, terrenos que não eram escriturados (possuíam apenas "contrato de gaveta", recibos, entre outros).

CORRUPÇÃO

Desfalque de 329 mil reais com IPTU

Além da investigação sobre o servidor que transferia ilegalmente imóveis e terrenos, a Prefeitura de Vila Velha também abriu dois Processos Administrativos de cunho Disciplinar (PADs) para investigar dois outros funcionários públicos do município.

Os PADs abertos contra a dupla — um servidor e uma servidora — são para apurar a prática de concessão, supostamente indevida e sem fundamento legal, de descontos de Imposto sobre a Propriedade de Territorial Urbana (IPTU), que alcançaram valores totais de R\$ 329.968.

Segundo a prefeitura, para viabilizar a ilegalidade, os servidores utilizavam-se de um caminho operacional do Sistema de Arrecadação Municipal (Arcetil) que era totalmente desconhecido pela Gerência Superior (secretário, coordenação e gerência) da Secretaria Municipal de Finanças (Semfi).

Os descontos de quase R\$ 330 mil beneficiaram, indevidamente, 351 contribuintes do município.

As apurações de infrações disciplinares cometidas pelos funcionários públicos se encontram na Comissão de Sindicância, Inquérito e Processos Administrativos

(Cosipa).

O órgão encaminhou cópias dos processos administrativos para a Vara de Improbidade Administrativa de Vila Velha, do Ministério Público Estadual (MP-ES), que vai avaliar se há ocorrência de crime e de improbidade administrativa na prática dos servidores.

Além dos funcionários, a administração do município também está apurando a responsabilidade da empresa terceirizada que faz a administração do Sistema Arcetil.

Por último, a prefeitura informou que a Secretaria Municipal de Finanças solicitou a recomposição dos créditos tributários, relativos aos descontos indevidamente realizados pelos servidores.

INVESTIGAÇÃO

Por meio de nota, o Ministério Público Estadual (MP-ES), através da Promotoria de Justiça Cível de Vila Velha, informou ontem que recebeu a denúncia referente aos dois casos — dos descontos de IPTU e das transferências irregulares de imóveis.

Segundo o MP-ES, diante disso, foram abertos procedimentos para apurar a configuração de atos de improbidade administrativa e ilícitos na área penal.



PREFEITURA de Vila Velha apura responsabilidade de empresa terceirizada

Mais de 1.600 investigados pelo Estado e por prefeituras

No governo estadual e nas demais prefeituras da Grande Vitória, há mais de 1.600 servidores sendo investigados por diversas infrações.

A Corregedoria-Geral do Estado, que recebe os casos de órgãos que não têm corregedoria própria, tem 296 procedimentos investigativos em andamento, entre sindicâncias e processos administrativos disciplinares (PADs).

Destes, 55% são por suposto acúmulo ilegal de cargos públicos, 10% por suposta incompatibilidade de carga horária, 11% por possível improbidade administrativa e 1% por possível uso indevido de veículo oficial, dentre outras infrações previstas na legislação.

Há também 86 investigações abertas na Corregedoria da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), 495 na Corregedoria da Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) e 589 na Corregedoria da Secretaria de Estado da Educação (Sedu).

Já a Procuradoria-Geral de Carriacica informou que os processos administrativos dizem respeito a irregularidades no ambiente interno de trabalho, como insubordinação, conduta inadequada e falta injustificada. No ano passado, foram sete processos abertos. Neste ano, até o momento, há apenas um.

Na Serra, estão em andamento na Comissão de Inquérito 132 processos administrativos.

A Procuradoria-Geral de Vitória informou que 77 servidores estão sendo investigados por irregularidades no exercício de função.



RICARDO AGUILAR defendeu punição para envolvidos: "São a minoria"

"Isso não é funcionário, é bandido e tem de ser preso"

"Se realmente existir esse esquema, os servidores que estiverem participando dessa prática ilegal devem ser condenados. Isso não é funcionário, isso é bandido. Tem que estar preso e não prestando serviço público à população."

Com essa frase, o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Vila Velha, Ricardo Aguilar, pede investigações rigorosas a essas denúncias. Ele disse que já ouviu boatos sobre essas irregularidades cometidas no município.

"Infelizmente, sabemos que no meio de muitos servidores bons, há aqueles que nos envergonham, que participam de esquemas ilegais. A gente acredita que seja a minoria. Eles devem ser punidos nas esferas administrativa e criminal."

A Prefeitura de Vila Velha falou sobre a condução nos dois casos. No ano passado, por exemplo, foi

aberto um processo administrativo de cunho disciplinar (modalidade sindicância), com o objetivo de fazer apuração de irregularidades e possivelmente fraudulenta transferência de titularidade de imóveis cadastrados no município.

A mesma conduta foi tomada para apurar supostos descontos indevidos de IPTU de dois servidores. A prefeitura esclareceu que eles não foram afastados do cargo e nem de suas funções de atendimento ao público, ficando sujeitos, caso conclua o procedimento administrativo disciplinar pela responsabilização dos mesmos, às penalidades de advertência, suspensão ou demissão.

A Polícia Civil informou que investiga todos os casos registrados nas delegacias. Por isso, é importante que as vítimas formalizem as denúncias.

Transferência deve ser registrada em cartório

Na hora de comprar um imóvel ou um terreno é preciso tomar alguns cuidados para evitar dor de cabeça. O diretor do Sindicato dos Notários e Registradores do Estado (Sinoreg-ES), Helvécio Duia Castello, explica que, juridicamente, o comprador torna-se proprietário quando a transferência é realizada e registrada em cartório.

Para que esse procedimento seja realizado, uma das prioridades é que, anteriormente ao contrato, as partes tenham feito escritura pública de compra e venda em qualquer cartório de títulos e notas.

"O direito do comprador só está garantido com o registro no cartório de imóveis. Não havendo esse documento, ele corre o risco de o vendedor negociar diversas vezes o mesmo imóvel e só será proprietário, de fato, aquele que o registrar primeiro. Além disso, com o registro em cartório, a pessoa fica protegida da perda do imóvel por questões anteriores à sua compra."

Helvécio reforça que apenas a escritura não basta para compro-

var o direito de propriedade sobre o imóvel. "Só é dono quem registra. Essa máxima, conhecida por advogados e juristas, é especialmente verdadeira no caso dos imóveis. Ter um contrato de compra e venda e não registrar o bem no seu nome é um erro grave, pois, pela lei, você ainda não é o proprietário."

Ele disse que o comprador deve solicitar, antes de realizar a compra, uma certidão atualizada da matrícula do imóvel para verificar a sua atual situação e se não existe gravame que impeça o registro.

Podem ser pedidas também ao vendedor certidões diversas (de feitos ajuizados, cíveis, criminais, e outras), que visam principalmente aferir se existe demanda judicial referente ao imóvel adquirido.

"Por isso, nunca devemos realizar a prática do 'contrato de gaveta' (venda através de contrato particular sem registro), pois a propriedade dos bens imóveis somente se adquire através do registro do título de transferência no Cartório de Registro de Imóveis."



HELVÉCIO deu o recado: "O direito do comprador só é garantido com o registro no cartório. Ou ele corre risco de o vendedor negociar várias vezes o mesmo imóvel"

ANÁLISE

Edmar Camata, secretário-geral da ONG Transparência Capixaba



"Investir em sistemas de integridade"

"É necessário investir em sistemas de integridade. Desviar no setor público não pode ser mais fácil que em qualquer empresa privada, e existem mecanismos para minimizar esses riscos."

Necessário lembrar que servidores efetivos devem estar à frente de tarefas que envolvam lançamentos tributários ou patrimoniais, justamente para que possam responder com a perda do cargo.

Não é incomum prefeituras utilizarem comissionados para essas funções, e quando percebem desvios, apenas exoneram e depois nomeiam novamente essas pessoas em outro órgão.

As prefeituras, especialmente, devem profissionalizar seus quadros, fortalecer, tornar independentes as corregedorias e buscar transparência como maior ferramenta no combate à corrupção.

Comunicar-se com a sociedade também é importante. Em situações de desvios identificados, divulgar e explicar as ações tomadas para punir os responsáveis e evitar que os atos venham a se repetir."

MASSA FALIDA

RICARDO MEDEIROS/ARQUIVO



Terreno da empresa fica localizado às margens da BR 262

Terreno da Braspérola recebe nova proposta de compra

Empresa de Cariacica apresentou valor de R\$ 31,08 milhões pela antiga fábrica têxtil

de **LUÍSA TORRE**
ltorre@redgazeta.com.br

Uma nova proposta de compra do terreno da Braspérola foi apresentada à Justiça em dezembro, após uma perícia, feita no segundo semestre de 2017, ter avaliado o imóvel em R\$ 51,8 milhões. O valor oferecido foi 60% do cotado: R\$ 31,08 milhões.

A responsável pela oferta foi a empresa Cofervil Indústria e Comércio de Ferros Vitória Ltda, empresa de Cariacica, cujos sócios são Odival Antonio Rocon e Camille Zanotti Rocon. Quem apresentou a proposta à Justiça foi a Finamore e Simoni Advogados Associados, representantes legais da companhia. A reportagem não conseguiu contato com os representantes da empresa. A área oferecida fica às

margens da BR 262, em Cariacica, e tem 462,8 mil metros quadrados, sendo 63,7 mil m² edificadas, 181,4 mil m² sem edificações e 217,6 mil m² de reserva legal.

Segundo a proposta, o valor de R\$ 31,08 milhões seria pago em uma entrada de R\$ 7,2 milhões e mais duas parcelas: uma 45 dias após a entrada, de R\$ 12,88 milhões, e outra 30 dias após a primeira parcela, de R\$ 11 milhões.

Apesar da proposta, os prazos para que os donos da Braspérola se manifestem sobre o valor determinado pela perícia ainda não terminaram – estão abertos até 5 de fevereiro, explica o administrador judicial da massa falida da Braspérola, Rogério Spitz.

“Os sócios têm que se manifestar sobre a última avaliação, em R\$ 51 milhões, se eles querem reavaliar ou não. Depois, o juiz vai deci-

TERRENO

462,8
mil metros quadrados

É o tamanho do terreno onde está a antiga fábrica da Braspérola.

R\$ 51,8
milhões

É o preço da última avaliação do terreno feita por um perito engenheiro, em 2017.

dir a modalidade de venda, que pode ser leilão, proposta fechada, ou pregão, que é um híbrido entre leilão e proposta fechada. Fica a escolha do juiz”, explica.

Enquanto esse prazo corre, qualquer cidadão pode apresentar proposta de compra. “Mas quem de-

cide, ouvindo Ministério Público e credores, é o juiz”, pontua Spitz.

TENTATIVAS

A Justiça já tentou vender o imóvel três vezes. Em maio de 2015, a área total da Braspérola foi oferecida por R\$ 80,5 milhões em leilão judicial, que terminou sem propostas. Uma segunda etapa foi realizada em 12 de junho, e o valor considerado foi 60% do primeiro: R\$ 48,3 milhões. Mesmo assim, os lances ficaram abaixo do mínimo estabelecido.

Em novembro, um novo leilão foi feito. Na primeira fase do certame, foi pedido R\$ 51,6 milhões, mas não houve lances. Em dezembro, o valor fixado foi de R\$ 31 milhões.

O primeiro leilão aconteceu em 2011, mas foi anulado pela Justiça. A Braspérola fechou no ano de 2001 e os 670 funcionários foram dispensados.

ENTENDA

A EMPRESA

Produção

A Braspérola foi uma empresa ícone na produção de linho no mundo e exportava seus produtos principalmente para a França.

Decadência

Contudo, no final da década de 1990 e começo dos anos 2000, por problemas financeiros, o complexo de Cariacica, que produzia linho fino, foi fechado.

Portas fechadas

Em 2001, a empresa fechou as portas e dispensou 670 funcionários. Em 2005, a falência foi decretada pela Justiça.

FALÊNCIA

Justiça

O processo de falência corre na Vara de Recuperação Empresarial

e Falência de Vitória. Uma lista com o nome dos credores foi divulgada pela Justiça em dezembro. Novos editais ainda serão publicados.

Credores

Só de credores trabalhistas, são cerca de 1.700 ex-funcionários e aproximadamente R\$ 5 milhões em dívidas. Os montantes devidos são valores como insalubridade e restos de rescisão de contratos que não foram pagos.

TERRENO

Para pagar os credores, o terreno onde fica a empresa, às margens da BR 262, em Cariacica, e que tem 462.848,68 m², precisa ser vendido.

LEILÕES

A Justiça já fez três leilões entre 2011 e 2015, mas nenhum deles teve sucesso.

Estudo diz que maioria no País não confia na Justiça

Cinquenta e oito por cento dos brasileiros não acredita no Sistema Judiciário e nos tribunais, segundo pesquisa internacional

Brunella França

Mais da metade da população brasileira, 58%, não confia no Sistema Judiciário e nos Tribunais do País. A informação é da pesquisa "Panorama das Administrações Públicas 2017", da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgada no último dia 8.

A publicação traz informações sobre 41 países, apesar de a OCDE congregar apenas 35 nações e o Brasil não fazer parte do grupo. No ranking que mede a confiabilidade dos cidadãos na Justiça, em comparação com o mesmo levantamento feito em 2007, os números nacionais avançaram 5%: de 37% para 42% dos brasileiros que disseram confiar no Judiciário.

Os países que apresentaram os maiores índices de confiabilidade foram Noruega e Dinamarca, com 82% cada um, e a Suíça, logo atrás, com 81%.

Entre os seis países da América Latina pesquisados, o Brasil é o que aparece na melhor posição, à



PLENÁRIO do Supremo: acesso à Justiça depende, primeiro, das condições financeiras de arcar com o processo

frente de Costa Rica (41%); México (32%); Colômbia (25%); Peru (21%) e Chile (15%). Destes, apenas México e Chile são membros da OECD.

Segundo a publicação, o acesso à Justiça nos 41 países depende, em primeiro lugar, dos cidadãos terem condições financeiras de arcar com as custas de um processo, mas também do quanto estão cientes

dos procedimentos e etapas para judicializar qualquer questão.

Ao todo, um grupo representativo de mil brasileiros foi entrevistado para obtenção dos dados. De acordo com a pesquisa, para os brasileiros, a Justiça não é efetivamente aplicada no País (60%). A percepção é a mesma do México.

Ao mesmo tempo, os entrevistados (62%) responderam que acre-

ditam que o Judiciário está livre de "influências impróprias do governo". Além disso, também afirmaram (55%) que recorrem à violência para resolver queixas pessoais e avaliaram (59%) que o sistema criminal brasileiro não é oportuno e nem eficaz.

Na percepção de 56% dos entrevistados, a criminalidade no País é efetivamente controlada.

Associação diz que resultado deve ser relativizado

O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo, Ezequiel Turibio, disse que é preciso relativizar o dado de que 58% dos brasileiros não confiam no Judiciário, de acordo com o "Panorama das Administrações Públicas 2017", da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

"Esse número de 58% tem que ser relativizado em razão de termos praticamente o País inteiro litigando no Judiciário. Nós temos cerca de 100 milhões de processos. Se temos 200 milhões de cidadãos e que, num processo são, no mínimo duas partes, o Brasil inteiro está judicializando. E uma parte não fica satisfeita", analisou.

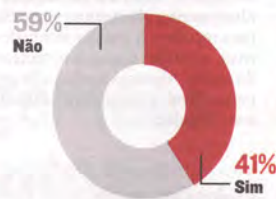
Sobre a percepção de não aplicação da Justiça no Brasil, Turibio disse que "há dificuldade, principalmente contra o poder público". Ele disse que o sistema permite muitos recursos. Procurado, o Tribunal de Justiça não respondeu.

MAIS RESULTADOS NO BRASIL

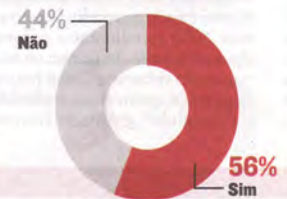
A Justiça está livre de influência imprópria do governo?



O sistema criminal é oportuno e eficaz?



A criminalidade é efetivamente controlada?



RESULTADOS NO MUNDO

Qual o nível de confiança no Sistema Judiciário e Tribunais?

	2007	2017
Noruega	79%	82%
Dinamarca	84%	82%
Suíça	73%	81%
Alemanha	51%	70%
Reino Unido	55%	63%
França	48%	53%
Estados Unidos	55%	43%
Brasil	37%	42%
Costa Rica	44%	41%
México	37%	32%
Colômbia	34%	25%
Peru	16%	21%
Chile	20%	15%

A Justiça é efetivamente aplicada no seu país?

Noruega	92% (sim)
Suécia	91% (sim)
Japão	89% (sim)
Alemanha	89% (sim)
Reino Unido	76% (sim)
França	70% (sim)
Estados Unidos	66% (sim)
Chile	64% (sim)
Peru	45% (sim)
Colômbia	43% (sim)
Costa Rica	42% (sim)
Brasil	40% (sim)
México	40% (sim)

As pessoas recorrem à violência para resolver suas queixas?

Colômbia	72% (sim)
Chile	69% (sim)
México	67% (sim)
Peru	64% (sim)
Costa Rica	59% (sim)
Brasil	55% (sim)
França	49% (sim)
Estados Unidos	38% (sim)
Reino Unido	33% (sim)
Alemanha	29% (sim)
Dinamarca	18% (sim)
Finlândia	16% (sim)
Suécia	14% (sim)

Fonte: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

Léo de Castro e Luiz Cláudio Allemand

São, respectivamente, presidente da Findes e ex-conselheiro do CNJ

Segurança jurídica é um dever do Poder Judiciário, garantindo o exercício da função social dos empreendedores através das empresas

Câmara de Arbitragem

A segurança jurídica representa fator relevante para qualquer estudo de viabilidade de investimento. O relatório "Justiça em Números", do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apresenta estatísticas de todos os segmentos do Poder Judiciário Brasileiro: em 2016, tramitaram 79,7 milhões de processos no país. A conclusão é que, mesmo com toda boa vontade e esforço, o Judiciário não conseguirá reduzir o tempo de duração de um processo, hoje estimado em dez anos.

O novo Código de Processo Civil reforçou a adoção dos métodos alternativos de solução de controvérsias (arbitragem, mediação e conciliação), que, em contraste com o rigor do processo judicial, garantem a efetividade na resolução de um conflito que poderia se eternizar, mesmo com o crescimento da produtividade dos magistrados – segundo análise do CNJ.

Já consolidada na América do Norte, na Europa e, em solo na-

cional, no Estado de São Paulo, arbitragem está prevista na Lei nº 9.306/1996 e representa diversas vantagens: é um processo rápido com custo menor; tem cláusula de confidencialidade; dá autonomia às partes para escolha dos árbitros; não demanda a complexidade da interpretação das regras processuais; não cabe recurso da sentença, mas garante princípios do contraditório, da ampla defesa e da igualdade.

Importante frisar que a segurança jurídica é um dever do Poder Judiciário, garantindo o exercício da função social dos empreendedores através das empresas, bem como a garantia do mercado, que deve ser protegido para a manutenção dos valores fundamentais listados nos Incisos II, III e IV do art. 1º e Incisos II e III do art. 3º, ambos da CF/88 (cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza).

Diante da impossibilidade de o Poder Judiciário garantir a razoável duração do processo chegou a hora de inovarmos para garantir a segurança jurídica dos negócios, com a criação da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Cindes-Findes.

